

OS ATOS VERBAIS JORNALÍSTICOS*
**OS ‘FAZERES’ JORNALÍSTICOS NO CASO DA VIOLAÇÃO DO PAINEL DO
SENADO**

Lia Seixas
(FACOM/UFBA e FIB)

Este trabalho se propõe a estudar os *fazeres* jornalísticos. O objetivo é mostrar como a atividade jornalística não é nem ‘representação’ da realidade – como um simples relato -, nem necessariamente uma ‘construção’ – que transforma a realidade sem respeitá-la em sua natureza. No texto jornalístico, existem não só asserções, mas ações de conjetura – sobre o que é previsto, provável, possível -, de abstenção, dúvida, suposições, opiniões e diretivos. É o que denominamos atos verbais jornalísticos.

Lia Seixas (UFBA e FTC)

A pesquisa sobre teoria do jornalismo tem definido a atividade jornalística de duas formas: 1) como uma ‘representação’ da realidade, em que há uma espécie de transposição da realidade para o texto através de um ‘relato’; ou 2) construção da realidade, em que o jornalista, como sujeito, inevitavelmente transformaria o objeto de realidade, através do discurso. Nós defendemos a concepção de que o jornalismo faz uma re-construção da realidade. A atividade jornalística busca o conhecimento do objeto de realidade, tal como se dá, através de conexões com outros objetos de realidade. A partir das conexões, configura o objeto através de uma ação verbal, que denominamos de **ação verbal jornalística**.

O principal objetivo deste trabalho é compreender o que faz o jornalista no texto que produz. Defendemos a idéia de que cada frase e período do texto jornalístico é um *fazer* determinado. *Fazer* no sentido de ser algo mais do que ‘representação’ da realidade. Como um pedido, uma ordem ou uma promessa, as frases do texto jornalístico são ações. Ações que não prescindem da palavra. Por isso, ações verbais.

O compromisso da instituição jornalística é com a fidelidade ao real, firmado por uma espécie de contrato social que tem com a sociedade. É o que se chama de ‘contrato fiduciário’:

existe uma mútua confiança entre os jornalistas e o público de que os fatos noticiados sejam efetivamente reais (Rodrigues, 1996). Essa confiança do público pode estar abalada. Nesse caso, falta credibilidade, o que significa deixar de consumir o 'produto' (notícia-informação) do veículo.

Para a pragmática, o tipo de proferimento que se compromete com a fidelidade ao real, que se compromete com a verdade da proposição, é o assertivo. Daí porque autores como Teun Van Dijk consideram que um estudo pragmático do texto jornalístico só conseguiria chegar às condições necessárias para a realização de assertivos. Entretanto, nossa tese é a de que a atividade jornalística faz, não só asserções – pelas quais se compromete com a adequação do conteúdo proposicional à realidade –, mas também **atos de conjectura, suposições, opinativos, de abstenção, dúvida e faz, também, tentativas de levar 'leitores' a fazer algo (diretivos)**. O saber jornalístico é saber da atualidade. A atualidade reúne uma série de objetos que não são verificáveis como uma reunião em que o jornalista pode estar presente. São objetos que estão relacionados com um contexto pelo qual, ora são ocorrências de provável realização, ora possíveis de ocorrer, ora previstas. Objetos efêmeros, que se transformam ou deixam de existir na e pela atualidade. Um acontecimento que emerge pode mudar toda a teia de acontecimentos, muitos efêmeros.

Este trabalho é um teste e uma aplicação de conceitos de minha dissertação de mestrado. Foi dividido em três partes: 1ª) **Metodologia** – em que explico a escolha do objeto, da teoria e minha posição enquanto pesquisadora; 2ª) **Teoria dos Atos de Fala** – em que analiso rapidamente os conceitos para o estudo do texto jornalístico; 3ª) **Atos verbais jornalísticos** – em que, através de exemplos, analiso os textos e os tipos de atos verbais jornalísticos.

1ª parte: Escolha do objeto e Metodologia

O nosso objeto de estudo é a matéria jornalística da editoria de política. Escolhemos os dois maiores jornais baianos, que vivem uma briga política acirrada a favor e contra o carlismo. O jornal 'A Tarde', com 89 anos de existência, e, há cerca de três anos, contrário ao grupo político do ainda senador Antônio Carlos Magalhães (ACM); e o 'Correio da Bahia', de propriedade de ACM (com 33 anos). Com a perda da publicidade governamental, 'A Tarde' passou de 160 mil exemplares aos domingos para menos de 100 mil, enquanto o 'Correio da Bahia' cresceu de 30 mil para mais de 50 mil. Em 1998, jornal 'A Tarde' começou a produzir matérias contra o governo do estado, porque o diretor de redação, Joaquim Alves da Cruz

Rios, não conseguiu a indenização que queria - de R\$ 2 milhões - num processo judicial que o acusava de ter criado, com mais três diretores do Desembanco (Jorge Lins Freire, Raimundo Moreira e Juvenil Brito), a Fundação de Estudos Econômicos e Sociais do Desembanco para favorecer ACM, na época sem nenhum mandato.^{ix}

O período de análise vai do dia 23 de abril, quando senador José Roberto Arruda admite ter 'pedido' lista na tribuna do Senado, acirrando a discussão sobre a violação do painel na votação de cassação do senador Luís Estevão, até o dia 16 de maio, quando o relator Saturnino Braga pede a cassação dos senadores J. R. Arruda e Antônio Carlos Magalhães e ocorrem manifestações em Salvador que acabam em agressões e na Faculdade de Direito da UFBA sitiada pela Polícia Militar baiana.

A escolha das matérias foi orientada por três critérios: 1) espaço na página, já que a disposição das matérias na página de um impresso é um critério de edição das instituições jornalísticas para hierarquizar as notícias (Novo Manual de Redação, FSP, 1992); 2) relevância do recorte no contexto sócio-político do período de análise e o próprio contexto, enquanto momento de decisões políticas; 3) verbo das proposições dos títulos e dos textos de acordo com o tempo (se presente do indicativo, futuro simples e pretérito perfeito) - porque é este instrumento linguístico que marca a atribuição de uma referência, representando ação ou estado das coisas do mundo (Foucault, 1992) - e na relação do sentido do verbo com a ação verbal.

Nosso propósito é compreender quais os tipos de atos verbais que a instituição jornalística produz. Para este trabalho, seguindo a mesma metodologia da dissertação, analisamos títulos e, principalmente textos, já que a maior riqueza em tipos de atos verbais está no texto das matérias e o espaço é curto. Foram estudadas 90 matérias, dentre as quais 43 do 'Correio da Bahia' e 47 do jornal 'A Tarde'. Destas, selecionamos os exemplos mais reveladores da relação entre conteúdo proposicional e ação verbal, que forma a nossa tese. O critério de representatividade refere-se aos tipos de atos verbais presentes no material de análise.

2ª parte: Teoria dos Atos de Fala

A pragmática da comunicação, e mais particularmente a teoria dos atos de fala, entende a linguagem como uma prática social concreta. A linguagem não é apenas uma forma de representação ou correspondência com a realidade, mas uma forma de ação, de atuação sobre o real e, portanto, de constituição do real. Nesta corrente teórica, o conceito de verdade é

substituído pelo conceito de eficácia do ato, de ‘felicidade’ do ato, ou seja, de suas condições de sucesso. Isso significa que, ao se produzir um proferimento, está-se fazendo a emissão concreta e particular de uma sentença, de acordo com procedimento convencionalmente aceito, em um momento determinado, por um falante determinado e para determinadas pessoas (Austin, 1990). O ato de fala é um ‘fazer’ com efeito prático, que reflete uma forma de comportamento. O objetivo da pragmática é compreender: 1º) quais condições devem ser seguidas para que os atos de fala sejam exitosos; e 2º) como se relacionam entre si essas condições: enunciados, intenções dos interlocutores, procedimentos convencionais, disposição de participação dos interlocutores e contexto (Austin).

A Teoria dos atos de fala pensa um proferimento (fala) na sua dimensão total, como pertencente a uma espécie de sistema, em que a frase proferida não tem sentido apenas pelo seu conteúdo, mas pela relação do conteúdo, com as intenções e posições dos interlocutores, o contexto e os procedimentos convencionais, além da convenção linguística. Por isso, proferimentos como ‘Eu vos declaro marido e mulher’ ou ‘A sessão está encerrada’ são atos que fazem ao dizer, um ato que muda o estado de coisas do mundo ao dizer algo. Para isso, o ‘emissor’ tem que estar numa posição determinada, com determinados interlocutores, em certo contexto, os interlocutores devem ter certas intenções e os procedimentos aceitos socialmente devem ser cumpridos.

A partir de *‘How do things with words’* (Austin), John Searle desenvolve a teoria dos atos de fala com duas obras principais: *‘The Speech Acts’* e *‘Expression and Meaning’*. Neste segundo livro, Searle cria o conceito ‘dimensões significativas’ - âmbitos do ato de fala que formam sua ‘significatividade’, sua força ilocucionária, ou seja, o seu *fazer*. Das doze ‘dimensões significativas’ de Searle, definimos as dimensões com as quais trabalharíamos para o entendimento do ato verbal jornalístico. São dimensões que contam na realização do ato verbal no momento mesmo da interlocução ou interação: 1) Instituição Extralinguística; 2) Compromisso institucional (condição de sinceridade); 3) Estatuto e expectativa dos interagentes; 4) Contexto; e 5) Conteúdo proposicional.

Além da instituição linguística (língua), que define regras gramaticais e sintáticas para a constituição de enunciações, muitos atos verbais requerem **instituições extralinguísticas** para se realizarem. Como por exemplo, batizar, declarar culpado ou declarar guerra. O que não significa que todo ato verbal requera instituição extralinguística. Entretanto, a verdade de uma

asserção produzida por um jornal tem muito mais poder de credibilidade do que se produzida por um indivíduo numa situação informal. Além disso, as instituições extralingüísticas (no nosso caso, política e jornalística) têm contratos sociais implícitos e regras, que denominamos *regras do campo*. São regras que dizem como vale uma ação realizada no campo. Regras ‘não-escritas’ (Franciscato, 1998), mas que norteiam a ação daqueles que fazem parte do campo.

O **compromisso institucional** do jornalismo é com a fidelidade ao real. Nesse sentido, existem conexões e relações aceitáveis intersubjetivamente para a interpretação de fatos e, assim, para sua re-construção na dimensão da atualidade. E, mais importante: o conceito de realidade inclui não só fatos (ocorridos), mas acontecimentos em continuidade e com graus de probabilidade de realização. A idéia de relato da realidade é refém da concepção de que o jornalismo trata apenas de fatos (passados). Entretanto, o jornalismo, enquanto saber da atualidade, trabalha com processos em continuidade e ocorrência futuras possíveis, prováveis ou previstas. A realidade inclui também aquilo que é inverificável, como ‘verdades’ e intenções de ações verbais. As práticas humanas são da ordem da intersubjetividade, do interconhecimento (Ardoino, 1998). Não existe uma realidade dada, objetiva que seja constatável sem que esta aparente constatação não envolva posicionamento subjetivo e, portanto, crença quanto à adequação da palavra com o mundo. As coisas, os fatos, os fenômenos existem independentemente do corpo que percebe, da subjetividade que pensa, transcendem todas as perspectivas, mas os encadeamentos que as subjetividades podem fazer dos fenômenos, dos fatos, das coisas, do mundo são temporais e inacabados (Merleau-Ponty, 1996). A realidade como intersubjetivamente partilhada e não um objeto em si é re-construída discursivamente pela atividade jornalística. O discurso jornalístico opera um recorte da realidade formada por objetivações da própria dinâmica do mundo, objetivações de reconhecimento intersubjetivo.

Na teoria dos atos de fala, a relação de comunicação é a conversação. É uma situação de interlocução em que ‘falante’ e ‘ouvinte’ estão frente a frente, num mesmo momento e podem trocar de papéis. Na realização de atos verbais produzidos pelo jornalismo impresso, o que temos é uma situação em que ‘emissor’ e ‘receptor’ interagem por meio do discurso e não podem trocar de papéis. Por isso chamamos a situação de comunicação do impresso como **interação**, ao invés de interlocução. Isso não significa, no entanto, que estejamos defendendo

a idéia de que o ‘receptor’ do discurso jornalístico não participa da produção do ato verbal jornalístico. Pelo contrário, compreendemos que o ato verbal jornalístico só se realiza no momento da leitura, ou seja, sua força surge na e pela leitura do texto. O leitor é um receptor que age, assim como os jornalistas são emissores que produzem. O ato de ler é a instância suprema da leitura.

O estatuto dos interagentes se define também pela dimensão de expectativas. As expectativas que o leitor tem da autoria influenciam na realização do ato verbal jornalístico no momento de interação. Existe uma disposição específica do público que antecede tanto a reação psíquica quanto a compreensão subjetiva do leitor - ‘horizonte de expectativas’ (Jauss, 1994). São as concepções quanto ao gênero, quanto à oposição entre ficção e realidade e quanto à relação com outras matérias do contexto atual. Isso significa que, o mesmo ato verbal pode se realizar como assertivo para um leitor cidadão comum e como diretivo para um leitor cidadão interessado (personagem da situação em pauta). Além disso, de uma coluna se espera *fazeres* que não se espera de uma matéria ‘informativa’. Existe um ‘saber prévio’ que orienta o leitor na crença quanto ao que é afirmado num ato verbal como verdadeiro. Existem também expectativas quanto ao compromisso institucional do jornalista, representante da instituição jornalística (seu estatuto).

O saber prévio está relacionado ao contexto e ao conteúdo proposicional, uma das mais importantes dimensões significativas na formação do ato verbal jornalístico. O contexto é o momento atual do campo ao qual se refere o conteúdo proposicional do ato verbal jornalístico. O contexto é formado por ocorrências atuais e objetos de realidade que mantêm uma certa relação com o objeto de realidade enunciado pelo ato verbal jornalístico. O conteúdo proposicional, correspondente ao objeto de realidade, se forma também pela relação com o contexto. É o contexto, a conexão real existente entre os objetos de realidade, que permite compreender a realização de um ato de fala de um político, por exemplo.

3ª parte: Atos verbais jornalísticos

Um ato verbal jornalístico se realiza apenas no momento da interação (leitura). Sua realização é o resultado da relação entre as diversas dimensões significativas. Entretanto, muitas proposições que tratam de mesmos tipos de objetos da realidade podem constituir-se em diferentes ações verbais, assim como as ações verbais re-constróem o objeto de realidade por seu fazer. Em primeiro lugar, isso ocorre porque, diferentemente do que se costuma pensar, a

atividade jornalística trata de objetos que não são ‘factuais’, nem constatáveis ou mensuráveis. Por isso, a princípio, fizemos uma classificação de objetos do discurso jornalístico, a partir de uma classificação de objetos de realidade de Chaim Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (1996): a) **ação verbal** – declaração das fontes; b) **ação não verbal**: b1) **fato de observação** – fenômeno que pode ser constatado por simples observação intersubjetiva; b2) **fato suposto** – ocorrência passada, enunciada sem certeza de sua ocorrência; b3) **fato convencional** – evento que ocorre por acordo social e que, em geral, aponta para ação futura; b4) **acontecimento da conjuntura** – acontecimento futuro, geralmente invocado como consequência de fatos passados e atuais; c) **estado** de coisas e estados psicológicos; d) **‘verdades’** – saberes tidos como verdadeiros, sistemas complexos de ligações entre fatos como objeto de acordo, relativo a teorias e saberes compartilhados; e) **fato de conhecimento** – dados, estatísticas com estatuto de ‘verdade’ fruto de saber científico.

Todos os atos verbais jornalísticos estão implicados pelo contrato que a instituição jornalística tem com seu público de noticiar apenas fatos ocorridos reais, tendo, em contrapartida, a confiança do público de que tudo que está dito é real. Defendemos a concepção de que a atividade jornalística é saber da atualidade e, por isso, envolve conexões entre os vários tipos de objeto da realidade atual: desde acontecimentos ocorridos a ocorrências verossímeis e prováveis, dados e saberes da atualidade. O público, entretanto, tem como expectativa o ‘relato’ de acontecimentos verídicos e verificáveis, segundo a idéia de que o acesso à realidade se dá por meio de narradores confiáveis que a experimentam diretamente. Mas, o conhecimento da realidade não é especular (espelho) como se pensa, ou seja, não é possível que a realidade seja levada ao público e nem que o público seja reportado a ela (Gomes, 1991).

A mais importante dimensão de um ato verbal é o **comprometimento do ato**. Todo ato verbal do discurso jornalístico está comprometido com a verdade do que diz, de toda proposição ou conexão textual que produz. Nossa questão principal é: qual ação verbal constitui uma determinada proposição. Por isso, este trabalho segue todo embasado e ilustrado pelos exemplos mais representativos da cobertura baiana - formada, em sua grande maioria, por textos de agências, editados pelos jornais locais - sobre o processo de cassação pela violação do painel do Senado.

Começamos com um exemplo que parece tratar apenas de um fato ocorrido constatável, mas que, pela conexão feita com outros objetos de realidade, re-constrói este fato na atualidade. É o título do jornal "A Tarde" do dia 24 de abril de 2001 para a matéria principal da página 9, editoria de política: "**Confissão de Arruda incrimina ACM**". O subtítulo procura justificar a afirmação do título, enquanto o primeiro parágrafo enfoca a atitude do senador José R. Arruda.

Subtítulo: "Senador diz ter obtido e entregue a lista dos votos a Antônio Carlos

*Texto: "Brasília - O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), ex-líder do governo no Senado, **confessou** ontem à tarde, no plenário do Senado, seu envolvimento na quebra de sigilo do painel eletrônico da Casa e na retirada do sistema de uma lista de como votaram os senadores que participaram da sessão que cassou Luiz*

Estevão, em 28 de junho do ano passado - a votação foi secreta. Em discurso na semana passada, Arruda havia negado todas as acusações." (A Tarde, 24/04/01)

Qual o fato ocorrido? A confissão de J. R. Arruda de quebra do sigilo do painel através da lista retirada do sistema. Mas, qual o fato jornalístico? O ato de confessar e de, com isso, incriminar ACM. Esse momento parecia decisivo, já que Arruda havia negado, uma semana antes, qualquer envolvimento seu numa possível quebra de sigilo do painel do Senado.

O episódio que se iniciou com a gravação que o procurador Luiz Francisco de Souza fez do dia da reunião (19/02/01) entre ele, mais dois procuradores (Guilherme Schelb e Eliana Torelly), Antônio Carlos Magalhães e Fernando Mesquista (assessor de ACM), já estava num momento de pressões e esclarecimentos. Quando Arruda confirma ter dado a lista para a diretora do Prodasen, Regina Borges, , Jäder Barbalho - presidente do Senado e inimigo político de ACM - já havia determinado a criação de uma comissão de sindicância para apurar a possibilidade de violação do painel. A Unicamp tinha sido contratada para fazer a perícia técnica do painel e já fizera análise sobre trechos da fita que deu origem à matéria da revista "Isto É", publicada dois dias antes da confissão, regada a lágrimas, do senador José Arruda na tribuna da Casa legislativa federal.

O terceiro parágrafo, uma citação de Arruda, é a afirmação mais próxima do sentido do verbo 'incriminar': " *"Fui ao gabinete de Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) com a lista de votos. Vimos quem votou em quem. **ACM desejava a informação**. Ela (Regina Borges) foi absolutamente fiel aos fatos", afirmou*". Se ACM desejava a informação, então fica implícito que ele pedira a lista para Arruda. O fato de observação - lágrimas, cabeça baixa, nervoso - com

afirmações como "Ficou difícil negar a veracidade do depoimento da ex-diretora do Prodasen Regina Borges (na última quinta-feira, 19)", são objetos de realidade tratados na dimensão de atualidade, ou seja, em relação com o contexto político, com suas *regras do campo*, com normas e leis que fazem parte do saber prévio dos atores políticos e da instituição jornalística.

Se o senador Arruda mostrou a lista a ACM, então existia uma lista. Se havia uma lista, estava provada a violação do painel do Senado. Se ACM desejava a informação, então deduz-se que ele pediu, do seu posto de presidente do Senado, uma relação de quem votou em quem na cassação de Luiz Estevão. E, se tudo isso ocorreu, os senadores cometeram quebra de decoro parlamentar e, segundo o regimento do Senado, poderiam ter quatro tipos de sanções: advertência, censura (mais grave que advertência, mas não representa nenhuma perda), perda temporária do mandato (o senador fica 30 dias suspenso, sem receber o salário, mas pode voltar a exercer o mandato depois desse mês) e cassação (o senador perde definitivamente o mandato e os direitos políticos por oito anos).

Entretanto, numa comparação com a matéria do "Correio da Bahia", referente ao acontecimento, a realidade re-construída ganha outra força e a afirmação de Arruda sobre o pedido de ACM nem mesmo aparece num texto de 8 parágrafos. Intitulada "**Arruda admite violação do painel**", a matéria da pg. 2, enviada, aparentemente, pela agência Globo (já que há o crédito para Brasília no texto e para AG na foto), tem no seu primeiro parágrafo apenas referências a ações de fala de um Arruda arrependido e retórico - 'projetou calculadamente', 'pediu desculpas', admitiu:

*"Cabeça baixa, ar contrito, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) leu ontem, da tribuna do Senado, 36 páginas de uma manuscrito cuidadosamente preparado. O engenheiro Arruda **projetou** calculadamente no discurso sua estratégia para tentar salvar o mandato. O texto **trazia** sublinhados os trechos que coincidiram com os momentos de maior emoção do pronunciamento, quando o senador chegou às lágrimas e **pediu desculpas** aos companheiros de plenário, ao **admitir** ter participado da violação do painel eletrônico do Senado. "A verdade e a auto-humilhação são um passo fundamental para recuperar meus sonhos", **afirmou**."*

Uma afirmação feita pelo senador Arruda, da maior importância para a compreensão dos fatos, foi omitida do texto e o fato jornalístico produzido pelo 'Correio da Bahia', sem inventar,

nem mentir, recria a realidade segundo a perspectiva que mais interessa ao jornal. Na mesma edição, entretanto, na página 3 está lá: "Ibope afirma que ACM tem 74% dos votos para governador" - matéria cabeça de página - e ao lado direito, em uma coluna "Senador contesta declarações de Roberto Arruda". Uma pesquisa, encomendada pelo próprio 'Correio da Bahia', coloca ACM como imbatível e a declaração de Arruda que nem aparece no texto da página 2, entra como uma medida de segurança contestada pelo senador pefelista:

*"O senador Antônio Carlos Magalhães **desmentiu** a afirmação de Arruda de que houvesse encarregado o então líder do governo no Congresso de procurar **saber se havia risco** de quebra do sigilo da votação do Senado em que seria decidido o destino político do senador Luiz Estevão. O senador baiano **afirmou** que nunca solicitou a Arruda "tratar de coisa alguma"". (Correio da Bahia, 24/04/01, pg. 3, 3º parágrafo)*

A partir das conexões feitas, o título do jornal 'A Tarde' re-construiu a realidade tomando a conexão da confissão com as regras de campo do senado como eixo de sua perspectiva. Poderia ter sido com a perspectiva do próprio Arruda: 'Arruda incrimina-se com confissão' ou 'Arruda confessa crime de violação'. A diferença de perspectiva não significa que uma proposição seja verdadeira e a outra, falsa. Arruda realmente admitiu ter participado da violação do painel. Se as duas proposições estão adequadas, então devem se validar mutuamente. Tanto uma quanto outra tratam da mesma realidade, só que ao escolher uma perspectiva em detrimento da outra está-se configurando como um e não outro o fato jornalístico. Ainda que o acontecimento seja um só.

O que faz o jornal 'A Tarde' com esse título? Re-constrói uma situação como situação real. Poderíamos questionar: para ser um 'fazer' com dimensão performativa, como uma promessa - que faz algo ao dizer algo -, este título teria que ter um efeito prático, ou seja, operar uma mudança no estado de coisas do mundo. Mas, no título de 'A Tarde', temos um 'assertivo', cujo fazer é se comprometer com a adequação da proposição à realidade. Não valeria, por exemplo, como uma desculpas, em que um senador faz o pedido ao dizer algo como 'Gostaria de me desculpar por ter violado o painel' para outros senadores do alto da tribuna da Casa, numa sessão parlamentar.

Dizer numa mesa de bar 'Rapaz, Arruda incriminou ACM' não é o mesmo que dizê-lo nas páginas de um jornal. Numa conversa de bar, não existe a expectativa entre os interlocutores de que eles devem – têm o dever, uma relação contratual implícita – falar apenas aquilo que é

verdade, cujas razões devem ter como comprovar. Se uma instituição jornalística escreve 'ACM ameaça Arruda pra confessar que violou painel sozinho' e esta proposição é falsa, essa ação de fala não muda a realidade. A proposição continua falsa e o jornal faltou com a verdade, quebrou seu compromisso com o público/cliente. Mas, se o público leitor re-produz este enunciado como uma proposição verdadeira, a crença na verdade da proposição pode ter os mais variados efeitos práticos.

O **efeito prático** do ato assertivo jornalístico eficaz **é a crença do leitor de estar diante da realidade mesma**. ACM foi incriminado por Arruda. ACM pediu a lista dos votantes na sessão secreta que cassou o mandato de Luiz Estevão. ACM cometeu um crime, que pode levá-lo a perder o mandato. É a palavra de um senador contra outro. Ainda não se tinha as informações necessárias para fechar o 'quebra-cabeça' da violação do painel e ACM já aparecia como o mandante do crime. Os atos verbais jornalísticos re-constróem uma situação que, se não é real, passa a ser considerada como real por aqueles que não têm como saber sobre o mundo e suas ocorrências se não através da mídia. Em muitos casos, como este, ainda que o cidadão comum pudesse estar presente ao momento de ocorrência dos fatos, ainda assim não compreenderia a dimensão dessa ocorrência na atualidade.

No caso dos assertivos, as proposições podem ser verdadeiras ou falsas. Mas, existem outros tipos de atos verbais jornalísticos em que as proposições não podem ser verdadeiras nem falsas, porque são proposições que tratam de ocorrências impossíveis de serem verificadas ou de realização futura, com determinado nível de probabilidade. Quando o objeto aponta para acontecimento futuro, mas há uma ação presente correspondente e que marca um compromisso, a ação verbal é considerada uma **previsão** – no sentido de antecipar, antever, ver antes de acontecer. Nesse caso, o futuro da ocorrência é considerado como certo. Exemplo: "**Relator pedirá cassações**" (manchete de A Tarde, 04/05/01). No dia seguinte, 05 de maio, um acontecimento que procura reverter a configuração dada à realidade: "**Saturnino pede adiamento do relatório pró-cassação**" (título de matéria principal da página 3 - A Tarde, 05/05/01).

A manchete do dia 04 de maio, sobre a acareação entre J.R. Arruda, ACM e Regina Borges, dava como certa a cassação dos dois senadores, baseada numa afirmação do relator Saturnino Braga (PSB-RJ) a ditos 'dois interlocutores próximos' - como definiu-se no texto.

Entretanto, no dia seguinte, a mesma afirmação aparece como dúvida nas ações verbais dos textos jornalísticos de 'A Tarde'. O texto da manchete:

*"Os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF) não conseguiram reverter a delicada situação em que se encontram, como prova a **disposição** do senador Saturnino Braga (PSB-RJ), relator do Conselho de Ética do Senado, **de pedir**, em seu relatório sobre o caso da violação do painel eletrônico, **a cassação dos dois políticos**. (...)"* (A Tarde, 04/05/01, 1ª pg.)

No primeiro parágrafo da matéria que a manchete chama, lê-se:

*"Após mais de seis horas de acareação, ontem, o senador Saturnino Braga (PSB-RJ), relator do Conselho de Ética do Senado, **decidiu que pedirá**, sem seu relatório sobre o caso da violação do painel eletrônico, a cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) e José Roberto Arruda (sem partido-DF). "Meu relatório será pela cassação dos dois senadores", informou Saturnino Braga a dois interlocutores próximos".* (A Tarde, 04/05/01, pg. 9)

A previsão do jornal 'A Tarde' - matéria da Agência Folha que seguia a mesma corrente mediática brasileira - re-configurava a realidade, antecipando um processo de cassação. Declarações de duas fontes em que confiaram os jornalistas da agência, não só o fizeram prever o futuro, mas também produzir citações no texto para dar credibilidade e fundamentação. No final do primeiro parágrafo da matéria da página 9, aparece o fragmento de fala em que Saturnino decide pela cassação. Ao dizer que o relator pedirá cassações, o discurso jornalístico está prevendo que sua ocorrência futura é certa, enquanto não havia uma decisão pública do relator sobre seu voto. **A previsão dá ao acontecimento anunciado a força de ocorrência com momento futuro determinado para se realizar, mesmo que o acontecimento não tenha essa força.** É o mesmo que dizer que ação futura de uma promessa ocorrerá, enquanto que a ação realizada tenha sido apenas a 'promessa'. **É uma re-construção da atualidade capaz de influir num dever muito próximo.** E, assim, com política editorial bem explícita.

Nesse exemplo, tem-se que o jornalista ouviu das fontes a enunciação desta ação futura. É a idéia de que o jornalista é o ator social que 'experimenta' a realidade para 'mediá-la' para o público. Mas, ouvir de uma fonte qualquer declaração que tenha dimensão verdadeiro-falso, não lhe dá o direito, nem a evidência, para reafirmar essa 'verdade' através de ação verbal. Não

importa como efetivamente o jornalista chegou a esta *previsão*, mas o que efetivamente faz com a ação verbal do texto. **A previsibilidade é do objeto em si (da ocorrência), mas o ato verbal, pelo que faz, pode re-construí-lo com outro estatuto.** A decisão de Saturnino se revela pela cassação dos senadores, mas só vem a se confirmar 15 dias depois. Confirmação que teve também a força da futuro político antevisto pela mídia brasileira.

Enquanto isso, no jornal da família de Antônio Carlos Magalhães, o Brasil vivia outra realidade. E nesta, Arruda se complicava, ao passo que ACM estava cada vez mais firme e forte. A manchete de 04 de maio afirma: "Acareação complica a situação de Arruda". E o texto reafirma:

"Numa sessão que durou mais de sete horas e que acabou às 21h45 de ontem, a acareação entre a ex-diretora do Serviço de Processamento de Dados do Senado (Prodasen), Regina Borges, e os senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda acabou complicando ainda mais a situação de Arruda. (...) O senador manteve o tempo todo, com firmeza, a íntegra do seu depoimento anterior, reafirmando não ter dado qualquer ordem direta ou indiretamente que indicasse a violação do painel. (...) A decisão agora está nas mãos do relator do processo, Saturnino Braga. Seu relatório será apresentado dia 10 e no dia seguinte será votado pelos 16 integrantes do conselho.(...)" (Correio da Bahia, 04/05/01)

Em nenhum momento, o texto se refere à possível declaração do relator. E, nem mesmo sendo de agência, a matéria da página 3 - intitulada "ACM reafirma verdade na Comissão de Ética" - cita qualquer coisa sobre possibilidade de pedido de cassação por Saturnino Braga. A Bahia continua vivendo duas realidades, dois contextos políticos diferentes. A Bahia de A Tarde lê no jornal que o relator pedirá cassação e a Bahia do Correio depara-se com um líder cada vez mais forte, inabalável, verdadeiro mito.

Qual a realidade? O que está acontecendo no Senado? Nem decisão sobre cassar, nem complicação de Arruda. Os jornalistas das agências produziram citações de falas que não escutaram e os editores do 'Correio da Bahia' reconfiguraram a realidade a seu bel prazer ou mesmo, dever. Nem previsão, nem omissão, havia a probabilidade do pedido por cassação, a partir do nível de confiança que demonstraram ter os jornalistas com as fontes. Mas, no dia seguinte, Saturnino Braga tentava, sem êxito, reverter o que já virara futuro certo.

*"(...) Em discurso feito na tribuna do Senado, Saturnino Braga mostrou-se irritado com a notícia publicada ontem na imprensa de que ele **teria antecipado** a assessores sua decisão de pedir a cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda." (A Tarde, 05/05/01, pg 11)*

Isso não significa que o texto jornalístico não pode conter verbos no futuro do presente, mas que esta estrutura não está adequada para qualquer tipo de objeto de realidade. Até porque o verbo no presente também pode, a depender do contexto e do parágrafo, ter o sentido de futuro.

No exemplo acima, o que era futuro certo, passa a configurar como 'incerto'. Com 'teria antecipado', o jornalista se abstém do compromisso com a adequação do conteúdo proposicional à realidade. Nesta ação verbal, não faz parte da expectativa do ato verbal jornalístico a crença na adequação do conteúdo proposicional à realidade. É como se o autor dissesse: 'Eu não posso garantir essa verdade'. O objeto aparece como algo que não é real, mas 'seria' real, 'faria' parte da realidade. Há uma suspensão da adequação da proposição à realidade. O verbo no futuro do pretérito é uma das marcas da incerteza. **O compromisso do jornalista é com a incerteza quanto à existência deste dado de realidade.** Se num assertivo existe a expectativa do leitor de que o jornal-jornalista crê no que diz, na enunciação de algo que não existe, não é previsto, não é provável, não é possível, mas tem existência (no presente) incerta, o leitor tem a expectativa de que **o autor (jornalista-jornal) não tem evidências suficientes para assumir a verdade da proposição.**

A ação de previsão pode ter acontecimento com a força de futuro certo quando se refere a regra, lei ou norma, ou seja, a convenção. É o que se tem no quarto parágrafo da matéria "Senadores colocam cara a cara ACM, Arruda e Regina Borges", A Tarde, 02/05/01:

*"Tebet e Saturnino **serão** os primeiros a perguntar, seguidos pelos demais senadores inscritos na sessão. (...)" (4º parágrafo) (A Tarde, 02/05/01, pg. 9)*

A ordem de questionamentos na acareação é uma regra firmada. É mais do que previsto que o presidente e o relator serão os primeiros a questionar. **A previsibilidade deste acontecimento é evidente para todos aqueles que conhecem as regras regimentais do Senado (regras do campo).** Um compromisso, embora sem a mesma força de uma regra documentada, vale como uma regra de convivência no jogo político. Daí porque no terceiro parágrafo há uma ação verbal de previsão com verbo no presente:

*"O presidente do conselho, Ramez Tebet (PMDB-MS) e o relator do processo, Saturnino Braga (PSB-RJ), reconhecem ter dúvidas sobre procedimento a ser adotado. Para buscar respostas, ele **conversam** hoje com os outros integrantes do conselho para reunir sugestões.(...)" (A Tarde, 02/05/01)*

O presidente e o relator da Comissão de Ética do Senado haviam marcado um encontro para discutir as regras. O texto mais fiel à realidade poderia ser: "(...) Para buscar respostas, marcaram um conversa hoje com os outros integrantes do conselho para reunir sugestões". O sentido da proposição não muda, mas a força da ação verbal sim. Entretanto, desmarcar um compromisso político de um dia para o outro é pouco provável. E, nesse momento, havia uma necessidade clara se tirar dúvidas sobre as regras da acareação e não haviam outras forças políticas contrárias à reunião.

Uma ocorrência previsível, é acontecimento que pode ser mensurado, que pode ser calculado em termos de probabilidade, por critérios aceitos intersubjetivamente para o cálculo. Na *previsão*, o estatuto de quem fala tem muita força para a realização do ato verbal. O ato funciona como um argumento de autoridade – cuja força está na credibilidade do ator social por competência ou cargo (Perlman, 1997). É a autoridade de quem pode fazer *previsão* que conta para o ato. Assim, o questionável passa a ser a autoridade de quem faz a *previsão*, e não a proposição em si. Na maioria dos casos, o fundamento da proposição são ‘declarações’ – que são ações verbais, algumas com dimensão êxito-fracasso e outros com dimensão verdadeiro-falso. **Mas, o fato é que, ao afirmar o que disse a fonte, o discurso jornalístico está tomando como sua a palavra. O estatuto que vai contar para essa ação verbal é o da instituição jornalística e não, apenas, o da fonte.**

No entanto, muitos objetos de realidade são inverificáveis, inclusive asserções de fontes que podem ser verdadeiras ou falsas e resultados de pesquisas. Uma comparação entre o primeiro e segundo parágrafos da matéria "Baianos ilustres articulam manifesto de apoio a ACM", do Correio da Bahia, mostra a diferença na natureza dos objetos, tratados, entretanto, com mesmo tipo de ação verbal:

"Um manifesto de personalidades e baianos ilustres - empresários, políticos, artistas e intelectuais - contra as ameaças ao mandato do senador Antônio Carlos Magalhães está sendo articulado e pode ser divulgado ainda hoje. No sábado, ao andar pelo Dique do Tororó, no centro de Salvador, ACM foi cumprimentado por diversos populares, que lhe

*emprestaram solidariedade e repudiaram as tentativas de golpear seu mandato popular.[Uma pesquisa feita na sexta-feira **constatou** que o depoimento feito pelo senador Antônio Carlos Magalhães na Comissão de Ética do Senado, na quinta-feira, não afetou a popularidade do senador na Bahia. Pelos **números**, ele cresceu dois pontos e afora está com 76% das intenções de voto para o governo baiano. Ao todo foram **400 entrevistados**."*
(30/04/0b1, pg. 03)

Tanto os ditos cumprimentos a ACM no Dique do Tororó^{ix}, quanto o resultado da pesquisa são colocados no texto como constatações, acontecimento que são observáveis. A pesquisa, quem fez? Qual a metodologia? A amostra é válida? Qual a margem de erro? O repórter, se houve mesmo repórter (já que os textos da editoria de política raramente são assinados), observou a recepção das pessoas no Dique. Os números, que aparecem como a representação de constatações, não se sabe como apareceram.

Na matéria conjugada, de título "Senador está confiante", estão alguns exemplos de ação verbal, cujas verdades são inverificáveis.

*"O senador baiano faz uma avaliação otimista do futuro. "Eu não vou chegar em ponto crítico algum. Tenho certeza de que o **Conselho de Ética não fará injustiça comigo**". Para ele, o processo de cassação sequer chegará a ser aberto. "Por isso, não estou preocupado", observou. (...) [ACM **garante** que, além dos senadores do PFL, já conseguiu apoio de senadores de outros partidos. "Mas, esses nomes eu não revelo, para evitar pressão da imprensa", afirmou. [...)] "Foi uma conversa excelente", disse. "**O Bornhausen e todo o partido têm sido da maior solidariedade**", registrou ACM. Ele **nega** que tenha sido procurado por alguns dirigentes pefelistas para avaliar a possibilidade de "plano B", ou seja, da renúncia. "Ninguém teve a ousadia de me procurar para falar em renúncia", **garantiu**." (Correio da Bahia, 30/04/01, pg.03)*

Quem garante que não o tenham procurado para saber da renúncia? Até mesmo o Raimundo Varela, que fez uma entrevista pró-ACM, perguntou.^{ix} O próprio verbo 'garantir' é usado na imprensa para aquelas afirmações que são duvidosas e que não se pode verificar a veracidade. Essas falas são **argumentos de autoridade e devem ser tratados como tais**. Além da competência e estatuto da fonte, contam suas próprias razões. O interesse de ACM é estar sendo apoiado pelo partido. A competência ou poder de quem fala não garante a adequação da

proposição à realidade, mesmo quando o ato verbal da fonte pode ser avaliável na dimensão verdadeiro-falso. O que ACM disse sobre Bornhausen não foi um registro. Para apurar a verdade da fala de Antônio Carlos Magalhães, exige-se do jornalista conversas com outras fontes com as quais tenham um certo nível de confiança.

A dimensão verdadeiro-falso está relacionada à dimensão performativa de tal maneira que, em alguns atos, se os interlocutores e/ou interagentes considerarem falsa a proposição, o ato não terá êxito, ou melhor, pode ganhar outra força ilocucionária. É o caso da matéria "Presidente faz crítica indireta a ACM", publicada na página 9 do jornal A Tarde de 03/05/01:

*"O presidente Fernando Henrique Cardoso fez **uma crítica velada** ao senador Antônio Carlos Magalhães, no seu pronunciamento durante a cerimônia em que assinou uma medida provisória extinguindo as superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene), transformando-as em agências. Disse que não deu nenhuma concessão de rádio e TV com objetivo de comprar votos no Congresso Nacional. **"Tenho o prazer de dizer que não dei concessão de rádio e TV a quem quer que seja, porque acabei com o poder que o presidente tinha de distribuir concessões de rádio e TV. Hoje, só na área educativa e olhe lá"**, observou o presidente, na presença dos ministros da Integração Nacional, Fernando Bezerra; da Fazenda, Pedro Malan; da Casa Civil, Pedro Parente e da Secretaria Geral da Presidência, Aloysio Nunes Ferreira, além do secretário executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Guilherme Dias."*

Se os interlocutores considerassem inverdade que FHC não deu concessões de rádio ou TV, esta fala não poderia ter valido como crítica. Diante dos interlocutores (ministros, secretário executivo, jornalistas), o presidente afirma não ter feito exatamente o que todos sabem que ACM fez, quando ministro das Comunicações. O que está dito na proposição compõe a força do ato como uma crítica, pois se fosse outra representação da realidade, completamente desconexa em relação ao assunto, obviamente não seria nem mesmo compreendida. A relação do conteúdo da proposição com as outras dimensões com contexto e interlocutores é que formam um determinado fazer. Só relacionando as várias dimensões significativas do ato verbal jornalístico é que se pode compreender o tipo realizado ou os tipos possíveis de serem realizados no ato de leitura. O fato é que, mesmo numa declaração, a relação entre conteúdo proposicional e força do

ato é imprescindível para que o jornalista produza uma proposição adequada à realidade. A mudança de uma dimensão, provoca a mudança do ato verbal.

Além disso, a natureza dada ao objeto de realidade também muda o tipo de ato que, por sua vez, re-configura, re-constrói a realidade. Quando um acontecimento tem probabilidade de ocorrer, mas não é certo, como na previsão, temos a ação do **provável**. A manchete do jornal 'A Tarde', de 03/05/01, dá essa definição à situação dos senadores José Roberto Arruda e Antônio Carlos Magalhães, sem que tenham qualquer fundamentação: "*Acareação **deverá ser decisiva para cassação de ACM e Arruda***". A própria matéria interna, na página 10, tem um título que dá conta de outra realidade: "*ACM **será acareado** hoje com José Arruda e Regina Borges*". Aqui há uma previsão mais do que fundamentada, já que estava marcada a acareação. Na manchete, entretanto, a cassação já aparece como provável, sem que nenhum fato dê conta de fundamentá-la. Os primeiros períodos do primeiro parágrafo comprova:

"O Senado viveu ontem um clima de expectativa que antecede a acareação entre os senadores Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), José Roberto Arruda (sem partido - DF) e a ex-diretora do Prodasen, Regina Célia Borges, marcada para as 14h30 de hoje, no Conselho de Ética. Será, portanto, um dia de muitas conversas políticas. (...)" (A Tarde, 03/05/01, pg. 10)

Cinco dias depois, quando se esperava pelo relatório de Saturnino Braga, 'A Tarde' publica uma matéria (de agência) em que uma série de acontecimentos ganham a definição de prováveis e o jornalismo re-configura a realidade conectando o que considera provável ou previsto de ocorrer. Título: "Saturnino Braga entregará o seu relatório até o dia 17". Um acontecimento previsto. Terceiro e quarto parágrafos:

*"A "**Folha de S. Paulo**" apurou que, apesar de ter adiado a decisão, Saturnino **deve manter** a disposição anterior: recomendar a abertura de processo de cassação contra os dois senadores envolvidos na fraude do painel, em junho do ano passado. Com o adiamento, Saturnino procurou afastar a hipótese de ACM pedir seu impedimento no conselho, como advogados do senador baiano chegaram a cogitar.*

*Hoje, o Conselho de Ética **deve encerrar** a fase de averiguação da denúncia sobre a violação do painel. Os senadores **devem derrubar** alguns requerimentos que pediam novas*

diligências ou depoimentos e declarar a etapa de coleta de provas cumprida." (A Tarde, 08/05/01, pg. 10)

Todas estes acontecimentos aparecem como probabilidades do contexto. A frase 'Saturnino deve manter a posição anterior' tem outra força de 'Saturnino manterá a posição anterior', porque os jornalistas da A Folha de S. Paulo (está explícito quem produziu a matéria) não podem garantir que a posição é certa como ação futura. Assim também para os outros objetos de realidade: encerrar averiguação e derrubar requerimento, cuja probabilidade está calculada mediante as regras, acertos e acordos feitos entre os senadores da Comissão de Ética.

As conexões operadas pelo jornalista é o que consideramos uma 'interpretação' da realidade que aparece discursivamente no texto como uma re-construção da realidade, no que esta tem de dado, ocorrido, em ocorrência, previsto e provável de ocorrer. A ação verbal jornalística, ao enunciar um acontecimento como *provável*, está re-construindo esse contexto. Quando um jornalista enuncia uma ocorrência como provável, está afirmando que acredita na probabilidade de realização dessa ocorrência. Se a probabilidade é calculável, os parâmetros do cálculo devem satisfazer o leitor para que este também, ao ler o texto, re-reproduza o acontecimento como provável, assim como faz com a asserção, ao re-produzir o conteúdo como adequado à realidade. O conhecimento da atualidade não está baseado em simples experimentação. O saber da atualidade inclui o que não pode ser provado, tanto quanto o ocorrido, em ocorrência, previsto de ocorrer, com ocorrência provável, como o que tem possibilidade de ocorrer, outro grau da mesmo tipo de ação do *previsto* e do *provável*.

É a ação que enuncia o *possível*. Essa ação verbal jornalística enuncia como *possível* uma ocorrência futura. Em matéria de A Tarde já citada (página13), de 02/05/01, tem-se um exemplo:

*"Por outro lado, a cúpula do PFL se **reunirá** como senador Antônio Carlos depois da acareação. E dependendo do desempenho de ACM, o partido **poderá** propor que ele renuncie para evitar o processo de cassação e com isso perder os seus direitos políticos por oito anos. Um parlamentar do grupo já está com a missão de sugerir a **possibilidade** de renúncia a ACM". (2º parágrafo)*

Na véspera da acareação, muitas eram as possibilidades e probabilidades de acontecimentos. Uma reunião aparece como certa. A possibilidade de renúncia, reafirmada no terceiro período, fazia parte das regras da resolução do Código de Ética do Senado (número 20, de 1993), mas não

configurava provável. Em matérias de dias seguintes ACM nem mesmo aceita essa discussão. A possibilidade de renúncia tem a mesma configuração da possibilidade cassação, advertência ou censura por parte do relator Saturnino Braga. **Com isso, o jornal se compromete com o fato de, na atualidade dos acontecimentos políticos, existir essa possibilidade.**

Esta ação de conjectura parece ilegítima para a instituição jornalística porque o aspecto subjetivo mostra-se com mais transparência do que num assertivo, cujo conteúdo estaria adequado à realidade dada. Depende, entretanto, do objeto do assertivo este nível de subjetividade. Quando o grau de subjetividade é considerado elevado pelo leitor (também produtor do ato) no momento da interação, o ato verbal jornalístico se constitui como *opinião*. O que pode ser considerada uma *asserção* numa interação, pode se realizar como *opinião* em outra. **O fazer da *opinião* é comprometer o autor (jornalista-jornal) com a crença na adequação do que diz à realidade.** O princípio de veracidade se mantém, porque quem *opina* se coloca como defensor da verdade daquilo que afirma, assim como quem realiza uma *asserção*. O fazer da *asserção*, no jornalismo, tem como efeito prático a crença de estar diante da realidade mesma. O fazer da *opinião*, no jornalismo, tem como efeito prático a crença de que a verdade da proposição não é evidente e, por isso, é crença de quem escreve, podendo a proposição ser verdadeira ou falsa. Na re-produção de um ato verbal como *opinião*, o leitor pode ter três considerações sobre a proposição: 1) é falsa, ou seja, seu conteúdo proposicional não lhe parece adequado à realidade. Nesse caso, ele tem outras informações com as quais relaciona ao ato verbal; 2) duvida da verdade da proposição porque não a considera evidente; e 3) a falta de evidência da adequação da proposição – devido até mesmo ao tipo de objeto de realidade - junto com o estatuto do autor (quando colunista ou articulista, por exemplo) configuram o ato, para o leitor, como *opinião*, mas cuja proposição pode ser verdadeira – probabilidade esta que depende da credibilidade que o leitor dá ao autor.

O texto publicado na capa do 'Correio da Bahia' por conta das agressões da PM contra estudantes baianos que fizeram manifestação pela cassação de ACM é um primor de exemplo:

"Não à baderna e à provocação (título)

*Ninguém questiona o direito de livre manifestação, mas há **limites** estabelecidos por lei, aqui e em qualquer país democrático do mundo. E é **um dever das autoridades** agir quando qualquer manifestação resulte em baderna e desordem, pondo em risco os*

*patrimônios públicos e privados, cerceando o direito de ir e vir dos cidadãos. [E foi exatamente o que aconteceu ontem, no Vale do Canela, e com um agravante: além de descumprir o acordo sobre o roteiro da passeata, estudantes, manietados por conhecidos baderneiros da CUT, PSTU, MST e políticos irresponsáveis, **provocaram deliberadamente o confronto** com os policiais militares, resultando no tumulto que a eles tanto interessava. [...)]" (Correio da Bahia, 17/05/01, primeira página)*

O texto re-configura a realidade de acordo com o interesse político do jornal. Nesse caso, os fatos puderam ser observados e, por isso, são constatáveis, o que lhes dá o caráter de incontestáveis. O confronto com a Polícia Militar baiana não foi provocado, nem por políticos, nem pelos estudantes e jovens. A PM fechara uma rua que dava acesso ao bairro da Graça, onde mora a família do senador Antônio Carlos Magalhães. Os estudantes tentaram driblar o bloqueio, subindo num morro, ao lado da rua asfaltada, que dá acesso à Faculdade de Direito da UFBA, onde estudantes foram agredidos com cacetetes e com as chamadas bombas de efeito moral.

Em 'A Tarde', novamente, Salvador vive outra realidade. E, da mesma forma, temos opiniões, entretanto, com maior fundamentação, já que, quem lê, acredita que os acontecimentos relatados foram observados e vividos pelos repórteres José Araújo Neto e Gerson dos Santos. O texto do 'Correio da Bahia' não está sequer assinado. A informação é que foi escrito pelo próprio diretor de redação, Demóstenes Teixeira:

*"O Vale do Canela **foi palco de uma verdadeira guerra civil**, durante a maior parte do dia de ontem, quando a Polícia Militar resolveu dispersar com bombas de efeito moral e de gás lacrimogênio uma passeata de estudantes, que reuniu mais de cinco mil pessoas, exigindo a cassação dos senadores Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda. A ação da polícia, comandada pelo coronel Walter Leite, **foi violentíssima**, principalmente contra adolescentes estudantes de colégios públicos e particulares da cidade, muitos dos quais saíram bastante feridos, com cortes profundos pelo corpo, inclusive nos olhos e mãos.*

*Durante o conflito, estudantes se entrincheiraram nas faculdades de Direito (que foi sitiada pela Choque), Administração, Educação, Medicina e Saúde da Universidade Federal da Bahia (Ufba), que foram atingidas por bombas de gás lacrimogêneo. O corre-corre dos estudantes no interior destes prédios **revelava** a agonia e o desespero da maioria*

*deles, revoltados com a atitude arbitrária e ilegal da polícia, que não respeitou nem mesmo a autonomia da Ufba, cuja área **deveria ser** da segurança apenas da Polícia Federal." (A Tarde, 17/05/01, pg. 3)*

Não só existem definições sobre o confronto ('palco de uma verdadeira guerra civil'), como também sobre a ação da polícia ('violentíssima'). O texto é genérico e não dá número de feridos e tipos de ferimentos dessas pessoas. Em meio a ações observáveis relatadas, os jornalistas definem a situação. O disparo de bombas de gás lacrimogêneo é a fundamentação para a definição da guerra civil. O 'corre-corre', para a agonia e desespero.

Considerações finais

Procuramos compreender com este trabalho quais são os atos verbais da atividade jornalística (*fazeres*). Nossa principal pretensão foi mostrar que uma frase, um período do discurso jornalístico é um *fazer* assim como um ato de fala. Contudo, no ato verbal jornalístico, diferentemente do ato de fala, as dimensões significativas mantêm uma relação diferente. O que marca o *fazer* do ato é o compromisso que se fixa no ato de leitura. Ao final, pudemos ver que a atividade jornalística não faz apenas assertivos, mas também outros tipos de atos verbais. Identificamos quatro tipos de atos verbais jornalísticos: 1) assertivos; 2) conjeturais (previsto, provável, possível); 3) opinativos; e 4) de abstenção (que enuncia o incerto). Observamos que o conteúdo proposicional tem uma relação de constituição mútua com o fazer do ato verbal. O conteúdo está na dimensão do verdadeiro-falso e o fazer na dimensão do êxito-fracasso. Neste trabalho, defendemos a idéia de que a dimensão performativa depende da dimensão verdadeiro-falso. Um ato verbal jornalístico, cujo conteúdo é considerado falso, não se realiza do mesmo modo se o conteúdo for considerado verdadeiro. Isso implica em responsabilidade do jornalista com a verdade do que diz e com a verdade do que é dito nos atos verbais políticos. Além disso, o fazer do ato verbal jornalístico pode transformar o objeto de realidade. Os objetos de realidade implicam em diferentes atos, ao mesmo tempo em que é pelos atos verbais que os objetos se constituem. Por isso, a dimensão verdadeiro-falso não pode ser esquecida, mesmo que o ato de fala de uma fonte seja um argumento de autoridade. Isso significa que, se muda uma dimensão, o ato pode mudar de força.

O jornalismo, como saber da atualidade, trata de diversos tipos de objetos de realidade. Para o discurso jornalístico estar adequado, cada objeto deve aparecer no texto como o é na realidade atual, ainda que possa mudar num futuro próximo. E o jornalista, como sujeito que conecta os diversos objetos de realidade, faz uma re-construção discursiva, que não significa necessariamente desfiguração do objeto. A re-construção jornalística implica recorte e interpretação intersubjetiva (devido às conexões), é um saber da realidade atual. A medida da evidência dos objetos são os critérios intersubjetivos aceitos, tanto quanto às evidências como quanto à probabilidade (possível de ser calculada, mesurada) das ocorrências da atualidade. As ações verbais jornalísticas são *fazeres* que envolvem as crenças e conhecimentos de jornalistas, comprometidos com a configuração que dão às ações verbais e não-verbais e ocorrências da realidade.

Bibliografia básica

- ARDOINO, J.** “Referencias y notas de lectura. Fragmentos de textos, nociones y definciones”, Traduzido por la Dirección de Extensión y Difusión Universitaria, México, Universidad Iberoamericana, julho de 1998.
- AUSTIN, John L.** “Quando dizer é fazer. Palavras e ação”, Trad. de Danilo Marcondes de Souza Filho, Porto Alegre, Artes Médicas, 1990.
- FAUSTO NETO, Antônio.** “A deflagração do sentido. Estratégias de produção e de captura da recepção” in: “Sujeito, o lado oculto do receptor”, Sousa, M. Wilton de (org), São Paulo, Brasiliense, 1995.
- FOUCAULT, Michel.** “As palavras e as coisas”, São Paulo, Martins Fontes, 1992.
- FRANCISCATO, Carlos Eduardo.** “A construção da notícia política nos jornais de Sergipe. Uma análise dos constrangimentos e influências na produção jornalística”, Dissertação, Salvador, agosto de 1998.
- GOMES, Wilson.** “Fato e Interesse. O fato jornalístico como problema”, in: Revista Textos de Cultura e Comunicação, nº 26, Vol II, Salvador, julho de 1991.
- GOMES, W.** “Verdade e perspectiva (A questão da verdade e o fato jornalístico)”, in: Revista Textos de Cultura e Comunicação, nº 29, Salvador, 1994.
- GUERRA, Josenildo.** “A objetividade Jornalística”, *Dissertação*, agosto de 1998.

- ISER**, Wolfgang. “O ato de leitura. Uma teoria do efeito estético”, Trad: Johannes Kretschmer, São Paulo, Ed. 34, Vol. 1, 1996.
- ISER**, W. “El acto de leer. Teoría del efecto estético”, Trad. J. A. Gimbernat, Madrid, Taurus Ediciones, 1987.
- JAUSS**, Hans Robert. “A história da literatura como provocação à teoria literária”, São Paulo, Ática, 1994.
- MERLEAU-PONTY**, Maurice. “Fenomenologia da percepção”, Martins Fontes, São Paulo, 1996.
- PERELMAN**, Chaï m e **OLBRECHTS-TYTECA**, Lucie. “Tratado da Argumentação. A nova retórica”, São Paulo, Martins Fontes, 1996.
- PINHEIRO**, José Moura. “Setor Jornalístico do Brasil: história, evolução tecnológica e desempenho empresarial”, Tese apresentada à Faculdade de Comunicação da UFBA, Salvador, 1998.
- RICOEUR**, Paul. “Tempo e Narrativa – Tomo III”, Trad. Roberto Leal Ferreira, revisão técnica Mônica M. Penha Villela-Petit, Campinas, São Paulo, Papirus, 1997.
- RODRIGUES**, A. D. “O discurso mediático”, Texto apresentado em curso na Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, novembro de 1996.
- RUBIM**, Albino Canelas. “Mídia e Política no Brasil”, João Pessoa, Editora Universitária, UFPB, 1999.
- SEARLE**, John. “Os actos de fala”, Coleção Novalmedina, 1993.
- SEARLE**, J. “Expressão e Significado. Estudos da teoria dos atos de fala”, Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo e Ana Luiza Marcondes Garcia, São Paulo, Martins Fontes, 1995.
- TUCHMAN**, Gaye. “La producción de la noticia”, Barcelona, Editorial Gustavo Gili, 1983.
- VAN DIJK**, Teun. “La noticia como discurso. Comprensión, estructura y producción de la información”, Barcelona, 1ª ed., 1990.
- Novo Manual da Redação**, São Paulo, Folha de São Paulo, 1992.